



## OUVIDORIA DO PODER JUDICIÁRIO

### ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº 03/2025

Aos 27 de Agosto de 2025, às 9h30, na Comarca de Itapipoca, ocorreu a 3ª Audiência Pública da Ouvidoria do Poder Judiciário do Estado do Ceará - Gestão 2025/2027, com a participação das Unidades Judiciárias que compõem a Comarca de Itapipoca, Amontada, Itapajé, Pentecoste, Trairi, Umirim, Uruburetama e suas Comarcas agregadas. O encontro teve por objetivo ouvir as demandas, comentários, sugestões, elogios e críticas da sociedade em geral, instituições públicas, magistradas, magistrados, servidoras, servidores e demais autoridades que atuam nas referidas unidades judiciárias.

Estiveram presentes a Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino – Ouvidora do Poder Judiciário; as Juízas e o Juiz Auxiliares da Ouvidoria - Dra. Danielle Pontes de Arruda Pinheiro, Dra. Cristiane Maria Martins Pinto de Faria e Dr. Antônio Edilberto Oliveira Lima; a equipe da Ouvidoria, composta por Terezinha de Jesus Mendes Vasconcelos – coordenadora –, e pelas servidoras Diana Gleyce Bezerra Menezes Castro Araujo e Jéssica Loiola Rabelo; o Diretor do Fórum da Comarca de Itapipoca, Dr. Luiz Guilherme Costa Pedroso Silva; a Vice-Prefeita de Itapipoca, Dra. Ana Paula Braga Vera; o Promotor de Justiça - Secretário Executivo da Promotoria de Itapipoca, Dr. Ariano Arlan Neves; o Defensor Público de Itapipoca, Dr. Raphael Esmeraldo Nogueira, o Presidente da Subseção da OAB de Itapipoca, Dr. Nieferson Bruno Oliveira Santos; e a Procuradora do Município de Itapipoca, Dra. Edilene Pacheco Azevedo, além de magistradas, magistrados, servidoras, servidores e do público em geral.

A Audiência foi aberta, às 9h30, pela Ouvidora, Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino, que recepcionou os presentes e manifestou sua satisfação em estar em Itapipoca, comarca que já havia respondido anteriormente como magistrada, quando estava vinculada à zona de Itapajé. Mencionou, ainda, ter atuado nas Comarcas de Umirim, São Luís do Curu, Amontada e Trairi. Ressaltou que retornar à região representa uma grande satisfação. Destacou que a Audiência Pública é um momento de escuta, enfatizando a escuta ativa e um sentimento acolhedor. Acrescentou que a Ouvidoria está à disposição para receber opiniões, reclamações e elogios, garantindo que tudo o que for ouvido será devidamente registrado e encaminhado aos setores competentes. Agradeceu o acolhimento do Diretor do


Fórum da Comarca de Itapipoca, Dr. Luiz Guilherme, e, em seguida, estendeu os agradecimentos aos demais magistradas e magistrados presentes. Também registrou agradecimento à presença das autoridades: Dra. Ana Paula Braga Vera, Vice-Prefeita de Itapipoca; Dr. Ariano Arlan Neves, Promotor de Justiça - Secretário Executivo da Promotoria de Itapipoca; Dr. Nieferson Bruno Oliveira Santos, Presidente da Subseção da OAB de Itapipoca; Dr. Raphael Esmeraldo Nogueira, Defensor Público de Itapipoca, e Dra. Edilene Pacheco Azevedo, Procuradora do Município de Itapipoca. Por fim, agradeceu a presença de todos os participantes.

Em seguida, apresentou a equipe da Ouvidoria, bem como os Juízes Auxiliares que a integram: Dr. Edilberto Lima, Dra. Daniele Arruda e Dra. Cristiane Pinto. Finalizou destacando as subdivisões da Ouvidoria. Na sequência, a Desembargadora informou tratar-se da terceira Audiência Pública, mencionando que a Ouvidoria está comemorando o agosto Lilás e, na oportunidade, lançando, em Itapipoca, a cartilha da Ouvidoria da Mulher. Assim, convidou os presentes a acompanharem a leitura da cartilha da Ouvidoria. Após a leitura, explicou que a Ouvidoria funciona em dois espaços: em Fortaleza, no Fórum Clóvis Beviláqua, e no Tribunal de Justiça, no Cambéba. Ressaltou que, na Ouvidoria do Poder Judiciário cearense, há um espaço reservado para a escuta da mulher vítima de violência, convidando os presentes para uma visita ao local. Em seguida, explanou sobre as situações em que a Ouvidoria pode ser acionada.

Na sequência, a Desembargadora convidou a Dra. Daniele Arruda para apresentar a cartilha da Mulher. Dando prosseguimento, a Dra. Daniele explanou os principais pontos do material, destacando que as manifestações dirigidas ao Tribunal de Justiça do Ceará, relativas a procedimentos judiciais que tratam de atos de violência contra a mulher, contribuem para o aprimoramento das políticas de enfrentamento à violência no âmbito do Poder Judiciário. Ao final de sua apresentação, colocou-se à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Em seguida, fez uso da palavra a Dra. Cristiane Pinto, que se apresentou e detalhou alguns aspectos adicionais da cartilha. Mencionou a Lei Maria da Penha e ressaltou os principais mecanismos voltados à prevenção e punição da violência doméstica. Finalizou destacando que, em caso de denúncia, a Ouvidoria da Mulher dispõe de uma escuta ativa da vítima, colhe seu depoimento, presta as orientações necessárias e encaminha as demandas aos órgãos competentes para solução. Concluiu reforçando os principais canais disponíveis para o registro de manifestações relativas à violência contra a mulher. Na sequência, foi colocado o vídeo institucional da Ouvidoria.

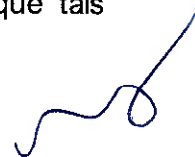
Em seguida, fez uso da palavra o Dr. Edilberto Lima, que saudou os presentes, cumprimentou os colegas e iniciou sua fala reforçando que todos os integrantes da



Ouvidoria estão à disposição para quaisquer esclarecimentos. Na sequência, apresentou sua explanação acerca das metas do CNJ, destacando que, como representantes do Poder Judiciário, é dever cumpri-las, sendo igualmente importante que a sociedade tenha conhecimento e acesso a essas informações. Após a apresentação, convidou os presentes a observarem as metas do Judiciário mencionadas e a opinarem sobre de que forma poderiam ou não ser aprimoradas para o ano de 2026. Finalizou sua fala ressaltando que o propósito maior da audiência é ouvir a todos e, em seguida, convidou os presentes a fazerem uso da palavra.

A primeira a fazer uso da palavra foi **Dra. Delma Verônica Teixeira**, advogada, que cumprimentou todos os presentes e informou que veio representar a comarca de Miraíma, vinculada à Amontada. Explicou que atualmente seu município conta com apenas uma Vara, em comparação com Uruburetama e Tururu, que possuem duas varas cada. Destacou que, em Miraíma, há uma sobrecarga de processos em tramitação, com taxa de congestionamento acima de 80%, evidenciando dificuldade em garantir a razoável duração do processo. Ressaltou, ainda, a insuficiência de recursos humanos e a extensão territorial de Miraíma e Amontada, mencionando que o acesso à Amontada é precário, o que contribui para a exclusão social e jurídica da população. A Dra. Delma informou que na gestão anterior buscou soluções junto ao ex-presidente do Tribunal de Justiça. Finalizou sua fala destacando que a população atendida é maior do que a de diversas comarcas com duas varas, que o elevado número de processos e a alta taxa de congestionamento revelam a sobrecarga existente e que medidas urgentes são necessárias para assegurar isonomia, eficiência e efetividade. Concluiu afirmando que mantém a esperança de que, em um futuro breve, as situações apresentadas possam ser discutidas pelo Tribunal de Justiça. Retomando a palavra, a Desembargadora Ouvidora afirmou que dará os devidos encaminhamentos.

Em seguida, fez uso da palavra **Dr. Euriam Assunção** que falou em nome da Ordem dos Advogados, com subseção em Itapipoca, e realizou a entrega de um documento à Ouvidora. Em seguida, fez a leitura dos pleitos da região, com o intuito de contribuir para o planejamento e aperfeiçoamento dos serviços prestados pelo Poder Judiciário. Mencionou a elevação da Comarca de Itapipoca para entrância final, em razão de sua relevância regional, do número de processos e da população abrangida; a criação de Vara de Custódia em Itapipoca, beneficiando toda a macrorregião e reduzindo deslocamentos e custos; e a implantação de Secretaria Judiciária - SEJUD em Itapipoca. Quanto ao número de servidores operativos, destacou que o quadro atual é insuficiente para atender à demanda. Ressaltou a necessidade de designação de juízes titulares nas Comarcas de entrância inicial e intermediária, evitando longos períodos de vacância e sobrecarga de magistrados substitutos, bem como a ampliação do número de oficiais de justiça. Finalizou sua fala afirmando que tais



reivindicações não representam apenas a voz da advocacia local, mas também refletem os anseios da sociedade civil organizada e da população.


Em seguida, fez uso da palavra **Dr. Silveira**, advogado, que cumprimentou a todos os presentes e informou atuar em Itapipoca, destacando que, nos municípios vizinhos, a situação é ainda mais difícil. Comentou sobre a morosidade processual e a carência de servidores, ressaltando que a percepção de morosidade pode passar a ideia equivocada de que o advogado permanece inerte e não atua. Finalizou pedindo que o Tribunal analise as questões mencionadas na Audiência.

O próximo a se manifestar foi o senhor **Pedro Henrique**, que relatou a dificuldade enfrentada ao buscar um Defensor Público na região. Na oportunidade, **Dr. Rhafael Esmeraldo** informou que será designado um Defensor Público para a comarca de Itapipoca no mês de setembro do ano corrente. Por oportuno, **Dra. Gabriela Carvalho Azzi**, juíza de Itapajé, fez uso da palavra e explicou que sua Comarca se encontra sem Defensores Públicos, contando apenas com um advogado dativo, o que causa prejuízos significativos. Por último, fazendo uso da palavra, o servidor, **Geraldo Junio Teixeira da Silva**, da vara única criminal da Comarca de Itapipoca, solicitou criar uma unidade no juizado para tratar as questões de violência contra a mulher em Itapipoca.

Por fim, a Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino agradeceu a presença de todos, informando-lhes que as manifestações e sugestões registradas serão encaminhadas à Presidência do Tribunal de Justiça para a devida apreciação.

Após, sem mais nenhum assunto a ser tratado, a Audiência Pública da Ouvidoria foi dada por encerrada, às 11h, da qual lavrou-se a presente Ata.

Itapipoca, 27 de agosto de 2025

  
**Desembargadora Andréa Mendes Bezerra Delfino**  
Ouvidora do Poder Judiciário do Estado do Ceará